



**CONTRIBUIÇÃO  
DA TEORIA DAS  
REPRESENTAÇÕES  
SOCIAIS PARA O  
ESTUDO DA IDENTIDADE  
PROFISSIONAL  
DOS TRADUTORES/  
INTÉRPRETES DE LIBRAS**

VANESSA MANDRIOLA

## RESUMO

Boa parte da discussão que acontece hoje no Brasil, mais especificamente no estado do Rio de Janeiro, sobre a atuação do intérprete de Libras tem como cerne questões relativas à inclusão e à qualidade da interpretação; se atende ou não as demandas da política inclusiva no Brasil. Tendo isso em vista, a proposta deste artigo é fomentar reflexões a respeito das funções desses agentes, na perspectiva da Teoria das Representações Sociais (TRS), a fim de incitar estudos que possam evidenciar a formação de novas representações sociais, tendo como eixo as práticas da profissão do tradutor-intérprete. Nessa perspectiva, em que medida se observa a contribuição da prática para a ressignificação do profissional Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP)? O presente artigo versará sob a contribuição da TRS no conhecimento da estrutura profissional do TILSP, seus desafios e suas perspectivas no campo de atuação, bem como suas práticas, a fim de compreender se há uma identidade consolidada a essa formação. E se houver, como se constitui? Quais as perspectivas dessa profissão a partir do olhar desse profissional? Quais são seus desafios?

**Palavras-chave:** Tradutor-intérprete de Libras. Teoria das Representações Sociais. Práticas identitárias.

## INTRODUÇÃO

Em consonância com a abordagem estrutural da Teoria das Representações Sociais (TRS), este artigo prevê a consolidação de uma escrita a fim de explicitar de que maneira o profissional Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP) é reconhecido ante o fenômeno da inclusão de pessoas surdas. Será realizada uma breve discussão sobre as informações dispostas a respeito da formação desses agentes a partir de materiais bibliográficos, conciliando as ideias teóricas com o que se espera da prática. O objetivo é conhecer a representação social dos TILSPs sobre sua profissão, as práticas sociais e os aspectos identitários.

Seguindo as orientações metodológicas de Gil (2010), a abordagem teórica utilizada foi bibliográfica e documental, de natureza exploratória/qualitativa, considerando como ponto de partida o levantamento bibliográfico realizado em bibliotecas virtuais, revistas digitais e bancos de dissertações equânimes. Verificou-se quantos estudos foram realizados sobre a temática proposta, uma vez que os artigos já encontrados não fazem relação sobre a identidade do intérprete de Libras e suas representações sociais.

VANESSA MANDRIOLA

Mestranda em Educação, Instituto Nacional de Educação de Surdos, INES; tradutora Intérprete de Libras. E-mail: vanessamandriola@gmail.com

A base teórico-metodológica fundamenta-se na Teoria das Representações Sociais (TRS). A utilização da TRS fundamenta-se pelo fato desta teoria identificar no discurso dos indivíduos pesquisados como eles justificam suas práticas. A formação de identidades profissionais está amparada no trabalho de Braga e Campos (2016), que abordam a imagem social e a construção da identidade profissional como um processo específico de socialização que assegura ao indivíduo a possibilidade de construção de novas identidades profissionais.

Com esse arcabouço teórico, propõe-se verificar quais práticas caracterizam profissionais TILSP, buscando identificar a emergência e a consolidação de novas ações no campo do trabalho. Apresenta-se as novas práticas na construção da identidade desses agentes, com base na TRS, identificadas no material teórico levantado para o entendimento das realizações dos profissionais envolvidos, além de apresentar as novas como objeto de construção da identidade profissional, intentamos auxiliar na compreensão de seu papel social, partindo das ações que envolvem suas práticas coletivas e de que forma a representação desses sujeitos influencia a sociedade, a comunidade surda e o ambiente em que eles frequentam.

Assim, este estudo contará com as abordagens da TRS propostas por Serge Moscovici (1961-2012). O campo de estudos dessa teoria privilegia pesquisas formadas com base no conhecimento do

senso comum, que se constituem como saberes populares compartilhados pelos grupos sociais, orientando seus comportamentos e suas práticas diante de um fenômeno ou um objeto que lhes interessa.

Os estudos da TRS têm sido utilizados em pesquisas que analisam o movimento dos grupos diante um fenômeno social, e podem ser evidenciados através de diferentes abordagens. Conforme Campos (2003), um dos principais temas levantados no campo das representações sociais diz respeito às práticas sociais desenvolvidas por determinado grupo. Embora esse tema não seja novo, ainda é um desafio na assimilação de dados de natureza cognitiva e comportamental. O primeiro trabalho pautado pelo estudo das práticas comunicativas de Moscovici teve suas proposições teóricas aplicadas às relações entre as práticas sociais e a representação, o que nos permite pensar que a “ação” comporta o vivido e o cognitivo.

A TRS, segundo Sá (2015), analisa fenômenos com uma natureza dupla — psicológica e social —, e permite relações entre a psicologia do desenvolvimento e a psicologia social. Nesse aspecto, considera a sociedade como um sistema ativo e pensante, superando o conceito da sociologia, em que os grupos estão sob o controle de uma ideologia dominante. Moscovici (1961-2012) propõe que a TRS é o conjunto de crenças, valores, ideias e imagens; o modo pelo qual um conhecimento científico é transformado em senso comum na tentativa de interpretação da realidade. Envolve ações coletivas que

surtem a partir da necessidade de confrontar, compreender ou administrar a vida em sociedade.

Segundo Santos (2006), há uma fragilização na formação da identidade profissional dos TILSPs. Essa fragilidade aguçou o olhar desta autora para a reflexão sobre a construção dessa profissão. Como ela ocorre? E qual a representação social desse profissional em seu espaço coletivo com seus pares? O que se espera é que este trabalho contribua para a produção de conhecimentos em uma área pouco explorada e, destarte, estabeleça desafios a serem alcançados no conhecimento da identidade dos TILSPs.

A temática sobre a formação e a profissionalização do TILSP vem sendo discutida paulatinamente na área de políticas de inclusão, conforme Santos (2006) e Costa (2017). Quando se aborda as questões referentes ao campo da surdez ou das pessoas surdas de forma cultural é possível perceber que muitos modelos de educação são vislumbrados dentro de perspectivas de políticas públicas diversas, e nas pesquisas da área de linguística. No entanto, não há pesquisas alicerçadas ao tema da identidade profissional dos TILSPs ancoradas na contribuição da TRS; então, nesse ínterim, a autora deste artigo pretende convidar outros pensadores para refletir sobre a importância da psicologia social referente à formação de novas identidades, sejam sociais ou culturais.

Acredita-se que esse tema possa ser explorado no campo da psicologia social,

mais especificamente em TRS, pois percebe-se a existência de uma carência na literatura sobre o assunto ao que se refere à prática profissional do intérprete de Libras, pois não encontramos nenhum artigo que mencionasse a TRS e as práticas de trabalho dos TILSP nas plataformas pesquisadas. Como mencionado anteriormente, faz parte da pretensão deste artigo contribuir para o desenvolvimento profissional e os estudos da identidade. A escolha da TRS justifica-se pela relevância teórica acerca das reflexões relacionadas aos fenômenos sociais constituídas pelos grupos e pelos estudos fortemente consolidados no que se refere à identificação a partir da prática.

Diante disso, foi realizada uma revisão de literatura em artigos, dissertações e teses que tratavam da temática. Observou-se, através dos títulos e dos resumos, quais temas aproximavam-se mais do objeto deste texto. Buscou-se nas bases de dados de publicações acadêmicas eletrônicas, utilizando os termos: representações sociais e surdez; representações sociais de profissão; representações sociais e identidade. Foram encontrados entre os materiais disponíveis um grande número de publicações, contudo há poucos artigos nas bases que apresentam o tema representações sociais e profissão. Não foram encontrados artigos que discorressem sobre a profissão dos TILSPs. Alguns mais específicos e próximos do objetivo deste artigo tratam em seus títulos e resumos sobre surdos, surdez

e intérprete de Libras como agente mediador ou professor de Libras.

Ante o exposto, foi possível realizar uma revisão de literaturas e identificar artigos sobre interpretação gramatical; letramento infantil em Língua de Sinais; educação literária do sujeito surdo; Língua de Sinais; Libras em suas estruturas gramaticais e lexicais; e representações sociais da Libras. Por outro lado, não há textos sobre prática profissional do TILSP e suas representações sociais.

Pesquisas que podem contribuir e que se aproximam do objeto deste texto foram encontradas nos artigos de Perlin (2006), Santos (2006) e Teske (2003), escritos em diferentes localidades do território brasileiro.

Percebeu-se que os trabalhos fundamentados no campo de estudos da TRS não se esgotam, há muitos trabalhos publicados. Constatou-se, pelas propostas de alguns títulos, que há necessidade em desvelar questões associadas ao profissional intérprete. Entretanto, foram identificados alguns artigos que versavam sobre a formação do intérprete e a necessidade de discutir sua identidade e seu papel de atuação. Quanto mais se estreitam os laços do estudo das representações sociais e das práticas profissionais, maiores serão os ganhos para a educação. É de extrema relevância que um número cada vez maior de pesquisadores reflitam em suas produções sobre a busca de modelos e métodos que permitam compreender a conduta humana em sua complexidade, apreendendo-a em suas dimensões

cognitiva, afetiva, simbólica e imaginária (JODELET; MADEIRA, 1998, p. 7).

Quadros (2004), Perlin (1998, 2006) e Vieira (2007) elucidam aspectos importantes sobre a formação dos tradutores e intérpretes no Brasil e a constituição indenitária dessa categoria. O papel do TILSP vem ganhando notoriedade desde o Decreto nº 5.626/05, e a demanda pelos seus serviços é crescente nos espaços públicos e de ensino formal, principalmente com o reconhecimento legal da profissão por meio da Lei nº 12.319/10 (LACERDA, 2010; ALMEIDA, 2010).

Segundo Santos (2006), há quem diga que para ser intérprete basta saber Libras. Porém, não é assim, ou não deveria ser. O intérprete de Língua de Sinais é aquele que domina a Língua de Sinais e a língua de seu país, mas precisa ser qualificado para desempenhar a função adequadamente, conhecendo inclusive questões referentes à cultura e à comunidade surda. No Brasil, o tradutor-intérprete é o profissional que faz a mediação na relação entre os usuários de Língua de Sinais e o falante da Língua Portuguesa (QUADROS, 2004).

Classificar o cenário como inclusivo tem como fundamento períodos históricos, políticos e educacionais dos surdos, contando com autores e pesquisadores da área como Rocha (2008), Lacerda (2009), Santos (2006) e Quadros (2004), que servem de referencial teórico; e alguns documentos de eventos que evidenciam a importância da inclusão social de pessoas com deficiência, como o

Congresso de Milão, a Declaração dos Direitos Humanos, as leis e os decretos, além de diretrizes que regulamentam a promoção e a acessibilidade das pessoas surdas.

## **BREVE HISTÓRIA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL E A LÍNGUA DE SINAIS**

Esse resgate político da história da educação de surdos no Brasil traz marcos de alguns momentos em que os surdos viviam à margem da sociedade, sem seus direitos garantidos por não se comunicarem oralmente (MOURA, 2000).

Atualmente a Libras tem outra estrutura e, como toda língua, também sofreu alterações com o tempo. Contudo, tornou-se uma língua oficial brasileira e vem ganhando espaço na sociedade por conta dos movimentos surdos que lutam por seus direitos. Essa luta vem resistindo por anos e caracterizando o grupo de surdos como cultural e de língua própria, o qual sofre a opressão da sociedade majoritária: falantes da língua portuguesa que impõem um padrão de cidadania a partir de seu código linguístico, sem levar em conta as especificidades que estão além da língua, mas imbricadas em sua relação com o meio (LANE, 1992).

Algumas leis são fundamentais para contextualizar politicamente o reconhecimento linguístico em âmbito nacional implementadas no século XXI: a Lei nº 10.436/02, que reconhece a Libras como meio de comunicação e expressão

das comunidades surdas brasileiras; o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a lei supracitada, determinando a formação profissional de intérpretes de Libras em favor do atendimento de pessoas surdas e propiciando a inclusão social dos surdos em espaços públicos; e a Lei nº 13.146/15, que institui a inclusão de pessoas com deficiência, garantindo condições de igualdade, visando à inclusão social e à cidadania.

Destaca-se também o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que uniu os povos do mundo todo, reconhecendo que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (BRASIL, 2009). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996) reforça o direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), especialmente, no que se refere ao seu artigo 58, o qual discorre que “essa modalidade de educação escolar deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino para os alunos portadores de necessidades especiais”. Deve-se ressaltar que promover a inclusão não apenas significa permitir que o aluno especial adentre em uma escola regular, mas, principalmente, garantir que lhe sejam dadas condições de aprendizagem, desenvolvimento social, cognitivo e afetivo, por ele ser sujeito de direitos e cidadão (CURY, 1999). As escolas brasileiras precisam se adequar

para atender a todas as crianças, jovens e adultos incluídos.

O Brasil vem trabalhando em prol da inclusão desde que foram sendo firmados vários acordos internacionais e a legislação foi apropriando-se das novas diretrizes e assegurando a educação como um direito de todos. No entanto, para que essa participação seja efetiva é preciso difundir a língua, a cultura e a concepção de mundo dos surdos. No advento da inclusão social dos surdos como um fenômeno que demanda a necessidade de um intermediador, surgem os tradutores-intérpretes de Libras. Na próxima seção, a relação entre intérprete e surdo será descrita por meio de diversas citações, uma relação que pode estabelecer inclusão pensando no avanço social e nas contribuições da TRS para tal entendimento.

## **INTÉRPRETE DE LIBRAS, QUE SUJEITO É ESSE? QUAL É O SEU PAPEL?**

O cenário atual da profissão do TILSP no Brasil ganhou protagonismo na década de 1990, na alçada das políticas educacionais, por excelência, que garantiram acessibilidade linguística aos surdos em seu processo de educação inclusiva. Ganhou também visibilidade na esfera legislativa com a Lei nº 12.319/10, que regulamenta a profissão do TILSP.

A construção da identidade profissional, conforme Braga e Campos (2016), está ligada à imagem social, como um

processo específico de socialização coletiva. Para Dubar, 2005, todo trabalhador deseja ser reconhecido e protegido por um estatuto. Assim, toda "ocupação" tende a se organizar e lutar para se tornar uma profissão. Santos (2006), que referendou a formação da identidade dos TILSPs em sua dissertação, confirma isso por meio de dados coletados em entrevistas e subsídios teóricos de estudos surdos e estudos culturais, tornando evidente a necessidade de discussões contínuas acerca da formação do intérprete.

Nesse sentido, configura-se como objetivo deste trabalho, compreender e analisar se existem novas práticas ou não para as funções do intérprete de Libras, se há uma representação social do grupo desses profissionais, bem como a consolidação da identidade profissional. Porém, precisa ser discutida a sua formação, precisa verificar quais os caminhos propiciam a formação como intérprete, e também ressaltar que, para ser um intérprete de Libras atualmente no Brasil, mais especificamente nos espaços formais de atuação do Rio de Janeiro (escolas, centros culturais, teatros, eventos) que necessitem de acessibilidade à comunicação de pessoas surdas, precisa de algo mais do que saber comunicar-se em Libras informalmente ou com cunho religioso (LACERDA, 2010).

Mediante os projetos de inclusão de pessoas surdas que precisam ser atendidos, e com o desvelar dessas pessoas na sociedade, surgiu a necessidade de incluir um intermediador, ou seja, um

intérprete (BRASIL, 2004). Todavia, assim como acontece em algumas profissões, as atividades de profissionais intérpretes de Libras precisam ser reconhecidas por seus autores, pela sociedade e pelos seus pares para garantir sua legitimidade laborativa. Portanto, para que esse processo de legitimidade profissional se estruture, e sua identidade profissional seja validada socialmente e então cientificamente, é preciso desmistificar o senso comum de que qualquer um que saiba Libras é intérprete; do mesmo modo, nem todos que falam outros idiomas podem ser tradutores ou intérpretes sem uma formação específica.

Conforme Quadros (2004), a identidade dos TILSPs existe, mas não está bem definida. Seu reconhecimento e sua profissionalização têm origem religiosa, iniciando na década de 1980, em eventos culturais, envolvendo relações de família e caridade e oriundos de processos informais, mas contribuem e agregam com suas “novas” práticas em algumas situações voluntárias e de convivência com surdos. Trata-se de uma profissão, como a Enfermagem, que começou informalmente, ou seja, sem base científica. Lacerda (2010) apresenta a seguinte reflexão nesse sentido:

O trabalho de interpretação não pode ser visto, apenas, como um trabalho linguístico. É necessário que se considere a esfera cultural e social na qual o discurso está sendo enunciado, dos diferentes usos da linguagem nas diferentes esferas de atividade humana. Mobilizado pela cadeia enunciativa, contribui para

a compreensão do que foi dito e em como dizer na língua alvo; saber perceber os sentidos (múltiplos) expressos nos discursos. (LACERDA, 2010)

Nos anos 2000, após o reconhecimento legal da Língua de Sinais, à medida que os surdos foram conquistando sua cidadania e participando de discussões da pauta social, possibilidades para o processo de reconhecimento da Língua de Sinais foram se abrindo novos campos de discussão. Consequentemente, instituições foram obrigadas a garantir acessibilidade através de um intérprete de Libras. No Brasil, o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Libras (Prolibras) foi instituído em 2006 pelo Ministério da Educação a partir do Decreto nº 5.626/05, ainda vigente. Pessoas surdas e ouvintes que já tinham concluído o Ensino Médio poderiam se submeter ao exame. Não havia, como ainda não há, exigência de Ensino Superior.

A partir dessa certificação o intérprete ficaria habilitado para atuar na tradução e na interpretação da Libras ou, dependendo do exame, no uso cotidiano e no ensino, mesmo sem curso superior. Antes do Prolibras, a figura do TILSP sempre esteve presente na comunidade surda, representada por filhos de surdos (CODAs)<sup>1</sup> ou por pessoas que tinham algum conhecimento na língua e que pudessem exercer o papel de mediador na comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, caracterizando os intérpretes como um grupo que transita pela cultura

<sup>1</sup> CODA é uma sigla da língua inglesa para *Children of Deaf Adults*, ou filhos de pais surdos/filhos de surdos, utilizada internacionalmente (QUADROS, 2007).

surda e ouvinte. E dependendo de sua habilidade linguística, ou da capacidade profissional, sua identidade pode ser híbrida, mas ainda assim sua formação é recente e escassa (QUADROS, 2017).

Nesse contexto, Santos (2006) sugere que a profissão do intérprete surgiu da informalidade, pois no Brasil não há cursos superiores de formação de intérprete de Libras; a maioria não tem formação acadêmica de tradução ou interpretação de Libras. Conforme a autora, a falta de reconhecimento do trabalho desses profissionais tem sido uma problemática no que tange à estabilização de sua identidade e quanto a sua profissionalização. Isso abre campo para novas discussões no que se refere à identidade desses profissionais, identificando a alteridade da pessoa surda, que também pode ser confirmada em Perlin (2006), Santos (2006) e Rodríguez (2001).

No contexto das discussões que envolvem tal temática, foram aprovadas leis recentes que regulamentam a profissão: Decreto nº 5.626/05, que cria a profissão; e as Leis nº 13.146/15 e 12.319/10, ambas orientam a regulamentação das práticas do intérprete de Libras. Entretanto, as práticas que permeiam a profissão do intérprete se encontram, de alguma forma, calcadas em instrumentos legais pelo peso da "obrigatoriedade"; por isso, aquelas que vêm sendo construídas ainda deixam dúvidas quanto a sua origem, incitando a investigação que permeia a existência de um conjunto de atividades da profissão, além de questionar a

existência de uma identidade específica profissional ou não.

Nesse aspecto, Santos (2006) publicou um estudo referente à construção das identidades dos intérpretes de Libras e apontou alguns desafios para sua consolidação. Em seu estudo, a pesquisadora relaciona a constituição da identidade com a formação profissional desses sujeitos. Portanto, neste artigo, a intenção é agregar aos estudos sobre o tema que denominamos de Representações Sociais de Tradutores e Intérpretes de Libras Sobre sua Profissão: Identidade e práticas profissionais tentando estudar os processos estruturais desta formação e quais as perspectivas deste profissional segundo a Teoria das Representações Sociais, pretendendo defender, não apenas sua identidade profissional, mas sim, a força de sua representação, na necessidade do atendimento, na falta de profissionais capacitados, no uso da língua e na expertise.

## **CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS À SOCIALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DO TILSP**

A proposta deste artigo é refletir sobre essas questões à luz da TRS, que se justifica pela sua relevância no âmbito da psicologia social, com os objetivos de contribuir para o entendimento da formação dos TILSPs, minimizar conflitos, conhecer suas ações e observar os movimentos das sociedades. A obra seminal de Moscovici (1961-2012), que contém a matriz da TRS,

*La Psychanalyse, son image, son public*, foi publicada em 1961, na França, dando início a investigações em psicologia social. Moscovici (1961-2012), indica que indivíduos e grupos constroem a partir de ações coletivas, imbuídas de “processos psicossociais”, representações mentais e psicológicas, “influenciadas” por práticas, palavras ou imagens. Essas ações ocorrem por intermédio da identificação de um objeto comum aos sujeitos, após a adesão e a incorporação dos conhecimentos sociais mediados pelo grupo. Mediante essa ação, os sujeitos constroem uma ideia simbólica, formando uma representação social.

Moscovici discorre em sua obra sobre a onde descreve a passagem do conhecimento científico para o senso comum. Ou seja, a representação social que o sujeito tem a partir das relações e/ou de algumas práticas “comuns” que podem estar relacionadas com algum fato comprovado cientificamente, consolidando a relação sujeito-objeto. As características dessa relação podem influenciar a transformação do grupo e sua representação ante a sociedade. O termo “representações sociais” nos remete tanto a “um conjunto de fenômenos quanto ao conceito que os engloba à teoria construída para explicá-las” (SÁ 2015, p. 183).

A TRS tem orientado e norteado, durante cinco décadas, estudos a respeito de comportamentos, saberes e práticas sociais dos grupos sociais, contribuindo para diversas áreas de estudo

e tornando-se uma das principais teorias da psicologia social, como em Sousa (2002), Oliveira (2000) e Campos (2003). Sua estrutura conceitual e flexível possibilita o entendimento dos grupos sociais, sua criação, sua transformação, sua movimentação e como se comunicam com a realidade. (GUIMELLI 2003 p.136) chama de “esquema cognitivo” as práticas comuns entre um grupo que determinam as mudanças que ocorrem por intermédio da opinião de outro grupo.

A TRS estuda as representações que dão sentido a certos fatos, fenômenos ou ações executadas individual ou socialmente, geradas em um sistema de comunicação de um grupo sobre determinado fato, sujeito ou objeto. Nessa teoria, as práticas vivenciadas no contexto social permitem a análise, a avaliação e a justificativa de certas ações na relação entre o sujeito e o objeto dentro de um grupo.

Campos (2005) elucida que são as instituições que marcam o espaço de emergência e de poder dos discursos, ou seja, o autor apresenta alguns sujeitos das práticas antigas que podem influenciar no comportamento de um indivíduo, mediante sua autoridade reproduzida pelas famílias, pelas religiões, pelas escolas e pela mídia. Ainda sobre a teoria, Abric (1994) defende que “não existe realidade objetiva *a priori*, mas toda realidade é representada, quer dizer, apropriada pelo indivíduo ou pelo grupo, reconstruída no seu sistema cognitivo” (p. 12). E para que exista a representação social em um grupo, Sá (2015)

igualmente afirma que a presença de um objeto precisa ser de importância coletiva e que a identificação ocorra de forma “intragrupo”, ou seja, dentro do grupo, através do grupo. O autor ressalta também que o termo “representação social” deveria ser destinado à modalidade de conhecimento em função “exclusiva” à elaboração de um comportamento e à comunicação entre indivíduos em suas vidas cotidianas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As representações são formadas por um conjunto de ideias dialogadas, construídas entorno do grupo; ideias simbólicas que podem se tornar ideológicas. A relação entre representações sociais e identidade está na representação simbólica da construção das hierarquias e das relações de poder; não em uma neutralidade nas relações sociais, mas nas escolhas e na consistência dessas escolhas. Compreender a explicação da realidade e a definição da identidade permite-nos proteger as especificidades dos grupos sociais, a orientação de comportamentos, práticas coletivas e a justificar o comportamento e a postura dos sujeitos envolvidos.

Ha dois tipos de universo de pensamentos que podem influenciar inclusive na nossa prática e na nossa identificação, ou no reconhecimento delas. A prática, ou a aceitação dela, pode estar ligada ao universo consensual, onde aparentemente não há limites de ideias, onde todos podem falar o que pensam sobre

qualquer coisa. No universo consensual há um acordo de ideias; as conversas são informais sobre o cotidiano. Também existe o universo reificado, que está diretamente ligado à formalidade; à hierarquia dos espaços coletivos. Os dois universos são indispensáveis para a construção do pensamento do sujeito no grupo, e podem coexistir. As representações sociais são frequentemente construídas no universo consensual, na informalidade, na sistematização do processo do conhecimento do senso comum, agregando ideologia e identificação.

Para Abric (2003), a importância das representações sociais nas interações grupais é explicada a partir de quatro funções essenciais: a “Função de Saber”, que permite compreender e explicar a realidade; a “Função Identitária”, que define a identidade individual e grupal, elaborando-as e mantendo-as; a “Função de Orientação”, que guia os comportamentos, as práticas e as relações pertinentes ao sujeito; e a “Função Justificadora”, que justifica as tomadas de posição e os comportamentos, intervindo inclusive na avaliação e na explicação das condutas (p. 28-30).

Como se pode observar, há alguns desafios no que se refere aos marcadores da identidade, que podem defini-la. Tais desafios ocorrem mediante diferentes posicionamentos sociais e práticas. Deschamps e Moliner (2009) versam em sua obra sobre a complexidade de discernirmos sobre a identidade. Tendo em vista suas variações, a diversidade gira em torno das diferentes possíveis

expressões do “eu” em diferentes períodos e lugares históricos. Do ponto de vista geral, os autores apresentam, de maneira objetiva, os processos implícitos ao estabelecimento da identidade, dando importância ao tema na psicologia social e destacando a noção de representação como uma forma de conhecimento do “eu” diante do “outro”, o que interfere na intuição de identidade. Igualmente, pode-se pensar que o homem só é sujeito pela relação com os outros e, por consequência, o conhecimento de si abre a via ao conhecimento do outro (BRAGA; CAMPOS, 2016).

Deschamps e Moliner (2009) reforçam que os aspectos sociológicos e psicológicos da identidade social e pessoal são marcados pelo senso de semelhança e diferença, conferindo um caráter dinâmico e subjetivo à identidade. Portanto, o conhecimento que produzimos sobre

determinado fato só é possível por intervenções das crenças que temos sobre nós e sobre os outros. Por esse motivo, é importante discutir a prática do TILSP à luz dessa temática. Observa-se através da teoria estrutural de Abric como essa prática se consolida; quais são as semelhanças e diferenças que compõem esse grupo, e quais as dificuldades encontradas em relação as pessoas que não fazem parte dele.

Assim, a autora ratifica a importância da Teoria das Representações Sociais (TRS) para o reconhecimento de novas práticas geradas coletivamente, conforme o estudo realizado para identificar a prática dos TILSPs, que surgiram da informalidade, de atendimentos caridosos, por intermédio de instituições religiosas ou através dos filhos de surdos, e hoje lutam pelo reconhecimento de sua categoria profissional.

## REFERÊNCIAS

ABRIC, J-C. *Práticas e representações sociais*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

ABRIC, J-C. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. S. (Orgs.). *Representações sociais*. Goiânia: Editora da PUC-Goiás, 2003.

ALMEIDA, E. B. *O papel de professores surdos e ouvintes na formação do tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais*. 2010. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010. Disponível em: <[https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/03062013\\_144221\\_elomena\\_me.pdf](https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/03062013_144221_elomena_me.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2017.

ALMEIDA, A. M. O; SANTOS M. F. S.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). *Teoria das representações sociais: 50 anos*. Brasília/Recife: Technopolitik/Centro Moscovici-UFPE, 2014. 898p.

BRAGA, C. F., CAMPOS, P. H. F. *Representações sociais e comunicação: a imagem social do professor na mídia e seus reflexos na (RE) significação identitária*. Goiânia: Kelps, 2016.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB – *Lei nº 9394/96*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de

dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que específica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em: 9 maio 2019.

\_\_\_\_\_. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, UNIC/Rio/005, Janeiro. (DPI/876), 2009. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2017.

CAMPOS, P. H. F. A abordagem estrutural e o estudo das relações entre práticas e representações. In: CAMPOS, P. H. F.; LOREIRO, M. C. S. (Orgs.). *Representações sociais e práticas educativas*. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

----- *As representações sociais como forma de resistência ao conhecimento científico*. In: OLIVEIRA, D. C.; CAMPOS, P. H. F. (Orgs.) *Representações sociais: uma teoria sem fronteiras*, p. 85-98. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2005.

COSTA, R. S. *O professor intérprete de Libras em uma escola polo do município de Nova Iguaçu*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

CURY, C. R. J. Direito à diferença: um reconhecimento legal. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 15, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.d=S010015742002000200010&scrip=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.d=S010015742002000200010&scrip=sci_arttext)>. Acesso em: 13 abr. 2018.

DESCHAMPS, J. C; MOLINER, P. A *identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais*. Tradução Lucia M. Endlich Orth. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

DUBAR, C. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMELLI, C. (2003). *Le modèle des schèmes cognitifs de base: méthodes et applications*. In J.-C. Abric (Ed.), *Méthodes d'étude des représentations sociales*. Ramonville Saint-Agne, France: Érès.

JODELET, D.; MADEIRA, M. C. *AIDS e representações sociais: à busca de sentidos*. Natal: EDUFRN, 1998.

KELMAN, C. A. O intérprete educacional: quem é? O que faz? In: ALMEIDA, M. A.; MENDES, E. G.; HAYASHI, M. C. P. I. (Org.). *Temas em educação especial: deficiências sensoriais e deficiência mental*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008. p.71-79.

LACERDA, C. B. F. *Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. Porto Alegre/ São Paulo: Mediação/FAPESP, 2009.

LACERDA, C. B. F. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação em espaços inclusivos. *Caderno de Educação/FaF/PPGE/UFPel*, Pelotas, n. 36, p. 133-153, maio-ago. 2010.

LANE, H. *A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 9. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.

MOURA, M. C. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. São Paulo: Revinter, 2000.

OLIVEIRA, D. C. *Representações sociais e saúde pública: a subjetividade como partícipe do*

cotidiano em saúde. *Portal de Periódicos UFSC*, n. 3, 2000.

PERLIN, G. A cultura e os intérpretes de língua de sinais, 2006. *Revista Eletrônica Educação Telemática Digital*, Campinas, v. 7, n. 2, 2006.

PERLIN, G. *História de vida surda: identidades em questão*. 1998. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

QUADROS, R. M. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEE, 2004.

QUADROS, R. M.; MASUTTI, M. CODAs brasileiros: Libras e português

em zonas de contato. In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (Org.). *Estudos surdos II*. Petrópolis (RJ): Arara Azul, 2007.

QUADROS, R. M.; MASUTTI, M. *Língua de herança: Língua Brasileira de Sinais*. Porto Alegre: Penso, 2017.

RODRÍGUEZ, E. S. *Técnicas de la interpretación de lengua de signos*. 2 ed. Barcelona: CNSE Fundación, 2001.

SÁ, C. P. Estudo 9: Representações sociais: o fenômeno, o conceito e a teoria geral. In: *Estudos de Psicologia Social*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 183-208, 2015.

SANTOS, S. A. Intérpretes de Língua brasileira de sinais: um

estudo sobre as identidades. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

TESKE, O. A função do intérprete na escolarização do surdo. In: SURDEZ E ESCOLARIDADE: DESAFIOS E REFLEXÕES. 17-19 set. 2003, Rio de Janeiro. *Anais do congresso...* Rio de Janeiro: INES, 2003. p. 99-104.

QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC/ SEE, 2004.

ROCHA, S. M. da. O Ines e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de

Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: Ines, 2008.

SOUSA, C. *Prado de. Estudos de representações sociais em educação* In: revistas.pucsp n. 14-15 (2002). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/32037>. Acesso em: 10 mai. 2018.

VIEIRA, M. E. M. A autorrepresentação e atuação dos “professores intérpretes” de língua de sinais: Afinal... professor ou intérprete? 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.